

O Curso de Pedagogia de Rio Claro - Proposta Curricular

Maria Cecília de Oliveira Micotti¹

Resumo

Neste trabalho são apresentadas algumas reflexões que embasam a proposta curricular do curso de Pedagogia do Instituto de Biociências de Rio Claro - UNESP. Ênfase é dada ao papel que a pesquisa assume na integração da teoria com a prática pedagógica bem como no processo de inovação do ensino.

Na proposta elaborada em meados da década de oitenta para recriar o curso de Pedagogia na UNESP de Rio Claro, destacam-se as reflexões feitas a partir da experiência profissional dos participantes, professores do antigo curso, quanto ao perfil que o currículo deveria assumir considerando-se a problemática do ensino, o desempenho das Universidades na formação de pessoal para a educação, e as normas para o registro de diplomas. Inicialmente pretendemos apresentar algumas dessas reflexões sobretudo as referentes ao trabalho desenvolvido pelas Universidades quanto à formação de professores, no bojo do qual situa-se o curso de Pedagogia.

A Problemática do Ensino e a Participação das Universidades na Formação de Pessoal Para a Educação

Apesar da importância que a educação tem para qualquer sociedade, a precariedade de nosso sistema de ensino há muito extrapolou das páginas dos periódicos especializados para os jornais e noticiários de televisão. As greves de professores por melhores salários e condições de trabalho são apresentadas nos meios de comunicação de massa juntamente com as

disputas de pais e empresários pelos reajustes das mensalidades das escolas particulares.

A questionável qualidade de ensino, as altas taxas de repetência e evasão, entre problemas como os das crianças de rua, indicam a necessidade de providências saneadoras e de recursos humanos, com formação adequada para cuidar da administração do processo educativo e do trabalho em sala de aula.

A ocorrência de dificuldades não pode ser atribuída à falta de medidas burocráticas. Por exemplo, no sistema escolar, os diplomas de nível superior são indispensáveis para o exercício de funções ligadas ao magistério, exceto para professores de séries iniciais ou em situações específicas. Exigências que nem sempre são cumpridas na prática.

A participação dos poderes públicos na formação universitária de professores mediante oferecimento de cursos de Licenciatura e de Pedagogia é restrita.

A observação da composição do magistério tendo em vista a escola de origem de seus integrantes indica a predominância de egressos de escolas particulares. Diversos fatores podem ser alegados para explicar essa situação.

¹ - Professora Titular do Departamento de Educação do Instituto de Biociências de Rio Claro - UNESP - SP

Entre eles incluem-se os baixos salários e a precariedade das condições de trabalho que o recém formado encontra e o fazem buscar oportunidades profissionais mais promissoras.

Se considerarmos que caberia aos formados em Universidades públicas, liderar o processo de ensino e examinarmos o que se passa na realidade, veremos que nem sempre isso acontece.

A situação das escolas de 1º e 2º graus mostra por uma lado a ocorrência de muitos problemas que reclamam a atuação de pessoal capacitado e por outro, despreparo profissional ou a opção, por motivos diversos, por outras atividades.

A Educação, cuja importância para a sociedade e para o país é admitida, na realidade, nem sempre recebe tratamento condizente.

O cotejo entre as funções da Universidade de produzir conhecimentos, preservá-los, garantir a continuidade de produção, disseminar informações, contribuir para melhoria da qualidade de vida no país e no planeta - e o exercício dessas funções, no dia a dia, mostra que o trabalho em direção às várias funções, nem sempre ocorre em equilíbrio, com prejuízos para a educação.

É de conhecimento geral que a pesquisa e a publicação de seus resultados desfrutam de status privilegiado nos meios acadêmicos. Aliás, isto nada tem de estranho, uma vez que realizar esse trabalho é uma das tarefas da Universidade. Mas, é conhecida também a tendência de não colocar no mesmo plano as diversas modalidades de trabalho educacional, enquanto saber

especializado, enquanto ensino ou formação de professores.

Geralmente, pela dissociação entre o processo de produzir o saber (a pesquisa) e a produção resultante (o conhecimento), a educação é vista apenas como a responsável pelas tarefas "menos nobres" relativas ao consumo do saber (sem finalidades lucrativas). Este procedimento interfere na formação de professores, na licenciatura em Pedagogia e nas demais, bem como no ensino de 1º e 2º graus e na sociedade.

Os cursos de Pedagogia que incentivam a pesquisa e a incluem entre suas atividades constituem, praticamente, exceções.

Na maioria das vezes, ensinar a pesquisar constitui, no decorrer das Licenciaturas (em geral), atividade à parte. O trabalho para promover a apropriação do saber não se integra de forma natural nos cursos. É comum a atribuição de aulas teóricas e práticas para professores distintos, em horários diferentes.

Esta visão de ensino vincula-se as idéias ou crenças sem fundamentos explícitos convincentes.

É comum a afirmação de que a pesquisa não seria tão importante para as licenciaturas quanto o é para os bacharelados. Estes, ao contrário daquelas que são encarregadas de formar professores para o ensino de primeiro e segundo graus, destinam-se-iam a formar pessoal (pesquisadores e professores) para o ensino superior.

Afirmações como essas ignoram que uma das principais características do ensino superior é o de propiciar o contato direto dos alunos com o

objeto e os métodos de pesquisa de cada disciplina. Por outro lado, o ensino, mesmo o restrito à transmissão de conhecimentos prontos também requer grande domínio de conceitos e das relações entre eles o que é conseguido, não só através de audições e leituras, mas de atividades de pesquisa. Considerar a pesquisa como pouco relevante para a formação de professores evidencia a redução do ensino às atividades de repetir informações na rotina passiva em sala de aula, tanto do mestre como dos alunos. Em decorrência, como ninguém consegue ensinar o que não conhece ou entende pouco, na prática, é entronizado o “livro didático”. Aliás, ao conhecido provérbio “quem sabe faz, quem não sabe ensina”, lembrado nos meios acadêmicos, caberia acrescentar ensina mal, muito mal.

Argumentos superficiais ignoram que, quando o desenvolvimento científico de um país é valorizado, é também valorizado o ensino que acentua as atividades dos alunos. Atividades orientadas segundo processos de investigação próprios de cada área do conhecimento.

Excluir ou acentuar pouco as pesquisas, nos cursos de licenciatura, significa também ignorar os aspectos comuns entre ensino e pesquisa. Ambos podem limitar-se à simples repetição ou à reprodução de atividades já realizadas por outros, ou podem envolver criatividade mediante raciocínios muito elaborados, a partir de problemas significativos. Compreendem o levantamento de informações pertinentes, a formulação de hipóteses, a análise de resultados, etc... Ambos podem ser feitos com maior ou menor originalidade, dependendo da formação de quem as executa, das condições de

trabalho disponíveis e, é claro, do “engenho e arte” do autor.

É interessante observar como mentes privilegiadas nos trabalhos em sua área de especialização, são capazes de pensamentos primários no campo pedagógico. Afirmam, por exemplo, que a competência docente é uma questão de vocação, embora não sejam adeptas do criacionismo, em se tratando de posturas científicas. Para a formação do pesquisador, consideram de indiscutível necessidade condições adequadas, com bolsas de estudo, exercício orientado em estágios, e outros estímulos para atrair os mais capazes, etc...

Formas de pensar como essas, talvez expliquem o tratamento dispensado às chamadas disciplinas pedagógicas. A dissociação ensino e pesquisa acaba por dificultar a integração teoria e prática não só na universidade como em outras escolas. Ambas são vistas como componentes de universos distintos, com pouca relação entre si.

As aulas práticas (isoladas) feitas para confirmar a teoria diferem das práticas para exercitar a busca de conhecimentos, quanto à forma pela qual se desenvolvem e quanto às aquisições que propiciam. Com a dissociação entre teoria e prática, são prejudicados o ensino da pesquisa e a pesquisa do ensino e, em decorrência, a educação como área de conhecimento e como processo social.

A pesquisa do ensino é prejudicada porque o ensino, reduzido à transmissão de teorias, restringe e ritualiza o trabalho do professor e o dos alunos, não dá margem para análises e críticas.

O mestre, apresentador de idéias livrescas com ou sem auxílio de audiovisuais (principalmente, de transparências), por não variar as hipóteses que orientam o trabalho didático tem pouca oportunidade de analisar os efeitos de seus procedimentos. A repetição não permite contrastes entre resultados, nem inferências, mesmo porque, os alunos expectadores, só apresentam, informações sobre os resultados do ensino em provas. As aulas desvinculadas do objeto de estudo (geralmente representado por desenhos) dificultam o desenvolvimento do raciocínio científico.

O confronto do que acontece nos cursos de formação para o magistério e o que ocorre nas escolas de primeiro e segundo graus, mostra problemas comuns.

A inexistência ou a fragilidade dos vínculos entre teoria e prática se repete mutatis mutandis na educação oferecida à população, onde as aulas ignoram as atividades práticas, o contato direto com o objetivo de estudo e também a experiência de vida dos alunos dificultando a aprendizagem. O problema se complica quando estes não se encontram em fase de desenvolvimento cognitivo que permita a compreensão de explicações verbais, (sobre assuntos muito abstratos), sem o apoio de experiências ou situações concretas.

Os professores, em cuja formação predomina a transmissão de conhecimentos prontos (e a prática, quando ocorre, é só para confirmar as explicações teóricas), reproduzem em suas aulas a mesma conduta padronizada com exclusão de qualquer prática, independentemente, de área de conhecimento.

Este professor não ousa inovar, submete-se ao absolutismo do livro didático, de qualidade muitas vezes inferior ao nível dos estudos que já realizou. Carentes de questionamentos e de criatividade, as aulas não se diversificam, apesar das diferenças e das necessidade de aprendizagem dos alunos. Mantém-se de acordo com o padrão tradicionalmente preestabelecido que desconsidera a capacidade de compreensão dos alunos. O ensino ministrado sem interpretar as experiências de crianças e de jovens, sem relacioná-las com o programa escolar, privilegia o conteúdo pelo conteúdo em prejuízo de seu significado.

A percepção da defasagem entre o papel que a escola deveria assumir no atual contexto econômico e social do país e o próprio despreparo profissional diante da realidade, é, geralmente, expressa pelos licenciados por afirmações como: "na prática a teoria é outra" ou "estas propostas pedagógicas estão fora da realidade". Afirmações como essas sugerem consciência do que o entendimento da teoria não chega ao ponto de conseguir transformá-la em prática, ou de identificar na prática aspectos e relações tratados teoricamente.

Quando a decisão de agir de uma ou de outra forma, de realizar ou de deixar de realizar em sala de aula determinada atividade, não é vista como uma opção entre várias alternativas para ensinar, a ação, ignora os possíveis efeitos da escolha, seus efeitos na repetência e na evasão escolar e as suas conseqüências sociais. Reproduz os mesmos procedimentos observados na deficiente realidade escolar.

Nos meios acadêmicos a percepção do status atribuído à educação e à formação de

professores expressa-se em comentários como: “o aluno faz o bacharelado e leva a licenciatura como brinde”.

Na prática tal concepção traduz-se nas condições de trabalho de que as disciplinas pedagógicas dispõem, tais como, restrição do tempo de estudo ao mínimo exigido para o registro de diplomas, a atribuição de aulas em horários rejeitados por professores de outras disciplinas, pouco apoio de material e técnico, localização da pequena carga horária na fase final do curso, extinção das escolas de aplicação (sem outras providências compatíveis com a importância dos estágios), e até a dos Departamentos de Educação, como ocorreu há alguns anos.

Restrições como essas dificultam a formação dos professores por limitarem as oportunidades de estudos e reflexões por partes dos alunos que necessitam de tempo para elaborar informações, realizar pesquisas, experimentar atuações docentes em diferentes momentos da aprendizagem, etc...

Enfim, a formação pedagógica, como o aproveitamento em geral é prejudicado com a defasagem entre teoria e prática e com a divergência entre os valores que norteiam o trabalho de diferentes componentes curriculares.

A formação do professor requer mais estudos, disciplinas que privilegiem aspectos do processo educativo não contemplados em Psicologia Educacional, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º graus, Didática e Prática de ensino. Este é o caso da Filosofia da Educação, por exemplo.

O Curso de Pedagogia

Se nas licenciaturas em geral, é difícil a integração entre as disciplinas de conteúdo específico (de cada curso) e as chamadas disciplinas pedagógicas ou a do ensino com a pesquisa ou ainda da prática com a teoria, no curso de Pedagogia, geralmente, se pode observar a outra face da mesma moeda.

Aqui os enfoques de diferentes objetos de estudos da prática pedagógica e a da pesquisa é que deixam a desejar. Estas deficiências, embora aparentemente distintas, constituem aspectos da falta de entrosamento entre a formação e o trabalho do licenciado em Pedagogia ou da conhecida separação entre teoria e prática. Considerando-se que uma das principais funções da educação é a de propiciar o acesso de todos à herança social da humanidade - a cultura -- focalizaremos a questão da pesquisa como instrumento de integração entre o curso e a realidade escolar ou entre teoria e prática pedagógica. Diante da importância que a pesquisa deve assumir no ensino, atenção será dada ao estudo relativo às diferentes áreas do conhecimento tendo em vista a estrutura e as modalidades de pesquisa que envolvem.

A observação dos cursos de Pedagogia considerando-se o tratamento que dão à pesquisa mostra que estes muitas vezes permanecem alheios a essa questão, ignorando tanto a pesquisa educacional como a correspondente às disciplinas que compõem o currículo. Quando isso ocorre o currículo se volta apenas para a transmissão de conhecimentos livrescos desconsiderando a integração entre as diferentes modalidades de pesquisa e de ensino. A realização de uma ou de outra opção curricular

depende não só do elenco de disciplinas mas de sua ministração.

A pouca ênfase, geralmente atribuída à prática da pesquisa nos cursos de Pedagogia, encontra explicações em fatores análogos aos que interferem em outras licenciaturas. Entre eles destacam-se a predominância de concepções educacionais presas ao consumo do conhecimento, à transmissão de informações prontas que se faz acompanhar em sala de aula pelo verbalismo, pela resistência às mudanças e às inovações pedagógicas. Destacam-se também e, principalmente, a pouca tradição de pesquisa em educação observada entre nós, a falta de apoio e de condições para realizar essa modalidade de trabalho, como também a desconsideração pelas diferentes estruturas de outras áreas de conhecimento. Estas embora não sejam vistas como disciplinas integrantes dos estudos pedagógicos, são pedagogicamente importantes porque são objeto de ensino na escola de 1º e 2º graus, por exemplo. A pouca ênfase na pesquisa no decorrer dos estudos pedagógicos aumenta a distância entre teoria e prática em educação, com prejuízos para a formação universitária. Vale lembrar que a alfabetização que é fundamental para o exercício da cidadania deveria ser vista com a mesma importância entre os estudos referentes à educação, no entanto, por muitos anos manteve-se ausente dos cursos de Pedagogia.

A separação entre pesquisa e conhecimento subjacente à dissociação entre ciência e educação, (entre outros motivos) acaba por prejudicar a unidade do curso de Pedagogia. Essa separação, a rigor embasa a aparente duplicidade de funções deste curso - a de formar

docentes e a de formar pessoal para atuar em educação em funções não docentes.

Em decreto - Lei de 1939 - esta dissociação é claramente expressa pela regulamentação do curso de Pedagogia de acordo com o conhecido esquema 3 + 1. Neste esquema, os três primeiros anos de estudo compõem o bacharelado (dedicados à formação do técnico em educação) e o último, a licenciatura (dedicado à formação de professores para a Escola Normal).

O exame das sucessivas reestruturações curriculares evidencia a ligação do curso com a formação de professores para as séries iniciais da escolaridade (antigo curso primário).

Essa ligação é tão forte que o enfoque do assunto em termos de mercado de trabalho muitas vezes, confunde-se com o enfoque do próprio curso, a ponto de se pensar em extinção, se o encargo de formar professores para as séries iniciais for transferido para o ensino superior. Neste caso a formação dos outros profissionais da educação ocorreria na pós-graduação.

Esse assunto tem consumido tempo e papel. A hipótese tomada como fato provocou o questionamento da identidade do curso. Acontece que a ligação presente em regulamentos, nem sempre é tratada de forma adequada no que diz respeito a prática profissional, como exemplifica o caso da alfabetização.

O parecer 252/69 do Conselho Federal de Educação que acabou com o binômio - bacharelado e licenciatura - atribuindo o título de licenciado ao formado em Pedagogia, mantém "Ensino das disciplinas e atividades práticas dos

curso “normais” como uma habilitação entre as outras (Administração Escolar, Supervisão Escolar, Inspeção Escolar).

“O magistério” como é chamada a habilitação “Ensino das disciplinas e atividades práticas dos cursos normais” garante ao egresso do curso de Pedagogia o direito de lecionar nas séries iniciais, desde que o currículo compreenda - Metodologia de ensino de primeiro grau e Prática de ensino de primeiro grau.

Vê-se, então, que o trabalho nas séries iniciais requer a formação em pedagogia, seja para exercício profissional do próprio diplomado, seja para preparar os professores para essas séries em cursos correspondentes ao antigo normal (em nível de segundo grau).

A defesa da proposta de extinção esvaziava-se por dois motivos, pelo menos. Por um lado, a Pedagogia constitui alternativa de formação, em nível superior, do professor das séries iniciais. Por outro lado, a realidade sugere que a exigência legal de diploma superior pode resumir-se em mais uma exigência burocrática, sem a correspondente formação. Aliás, apesar das discussões acadêmicas, que se arrastam por décadas, a procura pelo curso se mantém, principalmente, por parte de pessoal já vinculado à educação, em busca de aprofundamento de estudos, progresso profissional ou de meios para solucionar problemas pedagógicos. Em qualquer hipótese, a educação constitui objeto de estudo e de prática que requer pessoal habilitado para a sua realização.

O ensino, elo de ligação entre as várias atividades profissionais do pedagogo, constitui o cerne de sua formação por ser uma das principais

formas de realização educacional e ter função social relevante. Vale lembrar que este não se faz presente apenas na educação escolar, mas em diferentes atividades explícita ou implicitamente voltadas para a aprendizagem.

No que se refere à educação escolar as atividades de diferentes categorias tais como as de administração escolar, supervisão de ensino, coordenação pedagógica, em última análise têm por finalidade o desenvolvimento adequado do trabalho em sala de aula. É o conhecimento desse trabalho que permite a gestão da escola para os fins a que esta se destina. O trabalho do supervisor em termos de orientação do processo, também encontra, nesse trabalho, as bases para seu desenvolvimento.

A duplicidade de funções do curso de Pedagogia corresponde mais à divisão de tarefas educacionais ou de funções no exercício profissional do que à natureza dos próprios trabalhos.

A estruturação curricular em habilitações possibilita aos alunos a opção por estudos, que completem a formação básica, para atuar em cada função. Mas, essa estrutura adquire significado relevante para a formação do pedagogo desde que as habilitações constituam desdobramento da tarefa educacional básica.

Enfim, considerar a formação dos profissionais da educação, em suas vinculações com a prática pedagógica, traz decorrências para o preparo de uma proposta curricular. Entre elas destaca-se a sua marca na seleção dos componentes desse currículo como expressão do entrosamento entre teoria, pesquisa e prática pedagógica tendo em vista a transformação da

atuação escolar e não a reprodução de esquemas de ação falidos.

Isto significa que não adianta considerar a prática pedagógica como parte fundamental da educação, como processo social e tratá-la isoladamente.

Como uma proposta curricular expressa as concepções que a inspiram, na elaboração do currículo em pauta as reflexões (sobre a situação econômica e social do país, sobre a situação educacional, sobre a importância dos valores democrático, sobre o papel do professor na educação para a cidadania, sobre a função do curso de Pedagogia no contexto atual) apontam para a formação do professor educador como agente de transformação. Caso em que o exercício da docência é visto como atividade de apoio à construção do conhecimento e da cidadania, por parte do aluno e do professor. É a negação da educação como transmissão ou consumo passivo de verdades apresentadas por outros. Em decorrência, as atividades de pesquisa assumem papel preponderante no processo educacional. São elas que ao informarem o que acontece na realidade permitem a orientação do trabalho educacional rumo às finalidades a que se destina. São elas que permitem ao educador analisar os resultados e redirecionar a própria prática.

Como o desempenho compatível com o enfoque do professor como agente de mudança, requer competência (para teorizar a respeito da realidade, a respeito da prática pedagógica e para transformar teoria em prática), a pesquisa e a formação do professor-pesquisador devem ter seu lugar no currículo da Pedagogia.

É a pesquisa que proporciona o trânsito entre teoria e prática e entre, prática e teoria.

Considerando-se as novas demandas feitas à escola, pela situação em que vive o país, a formação do pedagogo requer o desenvolvimento dos processos de reflexão e de análise crítica sobre a realidade, sobre as concepções educacionais e suas implicações sociais, sobre os conhecimentos, que as fundamentam, filosóficos e científicos. Requer também o desenvolvimento de meios para transformar essas concepções em realidades, identificar a presença delas, subjacente à ação, e analisar os resultados de diferentes ações pedagógicas.

Identificação e contrastes de diferentes concepções educacionais complementam-se com a instrumentação para o trabalho educativo. Como quem ensina, ensina algo a alguém, essa atividade pressupõe também o conhecimento de áreas diferentes como as de geografia, história, matemática, ciência e comunicação e expressão, em nível superior de estudos. Essas disciplinas devem fazer parte do currículo e serem ministradas por pesquisadores de cada área, respectivamente.

A inclusão das Introduções ao Estudo de Geografia, de Matemática, de Ciências e de Comunicação e Expressão integram o currículo, na medida em que cada uma delas deve proporcionar visão geral de sua estrutura enquanto saber especializado que requer e utiliza determinadas modalidades de pesquisa.

Esse conhecimento é necessário para identificar as diferentes orientações do ensino ministrado para jovens e crianças, para planejar e

avaliar o ensino, em nível de sala de aula ou de escola.

O Estudo de Áreas do Conhecimento que Compõem o Currículo do Ensino de 1º e 2º Graus

A inclusão de qualquer estudo em uma grade curricular merece reflexões. Aqui vamos nos deter naquelas que dizem respeito a presença das disciplinas Introdução ao Estudo de Comunicação e Expressão, Introdução ao Estudo de Ciências, Introdução ao Estudo de Matemática, Introdução ao Estudo de Geografia do Brasil e Introdução ao Estudo de História do Brasil, Introdução ao Estudo de Matemática no currículo do Curso de Pedagogia. Particularmente, serão focalizados alguns motivos que justificam sua inclusão no currículo.

À primeira vista, a presença dessas disciplinas pode sugerir a necessidade de uma revisão geral de conteúdos programáticos estudados no 1º e 2º graus com intuito de sanar lacunas ou relembrar assuntos já conhecidos.

Outra interpretação possível é a de vincular essas disciplinas às metodologias de ensino. Tanto o enfoque revisionista como o metodológico, não se justificam diante da exigência dos exames vestibulares para o ingresso ou da presença da metodologia do ensino de 1º e 2º graus no currículo. Apesar disso poder-se-ia alegar a constantemente mencionada falta de base por parte dos alunos, desde a pré escola. No entanto, se existirem essas falhas elas não se referem apenas a essas disciplinas e outros devem ser os meios para repará-las mas, o que justifica a inclusão no curso de Pedagogia das Introduções ao Estudo

de ...? A carga horária a elas correspondentes não deveria ser destinada a outros estudos?

A resposta para essas perguntas relaciona-se diretamente à formação do educador, às atribuições do Licenciado em Pedagogia e à própria idéia de disciplina.

O distanciamento, que prevalece nos cursos de Licenciatura entre ensino e pesquisa, faz com que o ensino em geral acentue o processo de transmissão de informações, desta forma são prejudicados os demais aspectos do processo educacional.

Em contraposição a essa tendência, propostas didáticas são feitas com intuito de propiciar no âmbito de cada disciplina, não só o estudo do conhecimento, já elaborado, mas também o do próprio processo de elaboração do saber.

Estas propostas renovadoras, basicamente colocam (pelo menos) duas ordens de mudanças. Uma que se refere à inclusão das atividades de pesquisa (correspondentes a cada matéria) entre as ações didáticas. Outra que se refere a um enfoque do conteúdo do saber científico de modo que tenha significado para os alunos em diferentes momentos de seu desenvolvimento.

Muitos são os fatores que fazem com que as propostas de inovação encontrem apoio. Entre eles, destacam-se o fracasso do ensino tradicional diante do dinamismo da vida atual, a mudança de atitude face à ciência que deixou de ser vista como fonte de verdades absolutas para ser considerada como processo dinâmico de elaboração do saber.

Em contraposição à decoração predominante na escola tradicional, hoje, solicita-se que o ensino se volte para objetivos como os relativos ao desenvolvimento do raciocínio, à interpretação de informações, à identificação de tendências, etc... Objetivos mais compatíveis com as necessidades para a sobrevivência no mundo de hoje, mais compatíveis com o exercício da cidadania.

Para o profissional de Educação o professor, diretor, coordenador, etc..., a questão que se coloca é a de como atuar face a essa diversidade de propostas, para orientar o trabalho escolar segundo diferentes alternativas pedagógicas, planejar e avaliar o ensino, etc.

São as reflexões feitas a respeito das características de cada disciplina que permitem decidir, quanto ao tratamento didático que ela deve receber, tendo em vista finalidades educacionais diversas.

Neste particular, é conveniente assinalar que uma mesma disciplina assume significados diferentes dependendo do contexto em que é focalizada. Como atividade escolar, ela não tem as características que assume como atividade acadêmica. Como conhecimento organizado sofre transformações e enfoques diversos, estes por sua vez correspondem a diferentes enfoques pedagógicos.

Segundo André Chervel (1990) o termo disciplina foi aplicado ao ensino sem maiores reflexões, apenas para designar aquilo que se ensina. Até o fim do século passado era empregado com referência à manutenção da ordem, sem o sentido de "conteúdo de ensino" cujos equivalentes são as expressões "objetos",

"partes", "ramos" ou "matérias de ensino". É após a Primeira Guerra Mundial que a palavra disciplina começa a ser utilizada com o sentido em que hoje a utilizamos. Enquanto disciplinas os conteúdos de ensino são concebidos como entidades *sui generis* específicos da escola, independentes em certa medida de toda realidade cultural exterior a ela, com uma organização e economia próprias, cuja eficácia é focalizada por critérios forjados no decorrer de sua própria história. Por não ter sido rompido o contato com o verbo disciplinar, os conteúdos constituem igualmente (em qualquer campo em que se encontrem) um modo de disciplinar o espírito, de lhe dar os métodos e as regras para abordar os diferentes domínios do conhecimento e da arte.

Sobre a marca que o ensino imprime nas disciplinas vale lembrar que Vinh Bang (1989, p. 11-14), considerando que o ensino consiste em um ato de intervenção institucionalizada observa que a escola propõe um modelo de conhecimento para o aluno mediante programas, métodos, etc...

Apontando a idade como um dos fatores decisivos no que se refere às matérias que são ensinadas para crianças, adolescentes e para adultos, Chervel assinala que o ensino superior se caracteriza por transmitir diretamente o saber, fazendo coincidir suas práticas com suas finalidades sem maiores preocupações de modificar a matéria de estudo para que ela chegue ao nível de compreensão dos alunos (Chervel, op. cit. p. 185).

Vale lembrar, a surpresa proporcionada nas primeiras aulas das quais participamos como aluna no ensino superior, pela oportunidade de

contato direto com as idéias de cada autor, lidas no original, sem a tradução do livro didático.

Essa diferença de tratamento dado ao conhecimento é importante para as reflexões sobre o papel das disciplinas Introdução ao Estudo de A Pedagogia, como curso superior, solicita enfoque específico de cada uma delas, diferente da ótica do ensino para crianças ou adolescentes.

A distinção entre a disciplina como campo de pesquisa, de conhecimento organizado e como parte da cultura escolar, isto é, como matéria escolar (sem falar da visão apresentada nos livros didáticos) é muito importante para a análise crítica do ensino. Por um lado, nos currículos escolares elas, em geral, são ensinadas para atender a finalidade da escola, enquanto instituição, de mediar o processo de aculturação de acordo com finalidades diversas e de modo compatível com as possibilidades de compreensão e de aprendizagem de crianças e de adolescentes. Por outro lado, cada disciplina tem características próprias que a diferenciam das demais.

Como o trabalho educacional pressupõe o conhecimento do ato de ensinar, este requer a compreensão das características de cada disciplina enquanto saber específico, de suas perspectivas teóricas, para que o tratamento a ela aplicado em sala de aula justifique as finalidades educacionais. Daí a importância das Introduções ao Estudo de ... no Curso de Pedagogia. Cabe a elas oferecer elementos para as reflexões a respeito da legitimidade e das distâncias do saber ensinado em relação ao saber específico enquanto domínio do conhecimento

Em resumo:

A partir das reflexões feitas:

- *No currículo proposto distinguem-se disciplinas que compõem a formação geral básica, optativas, e as habilitações;*
- *Do enfoque do ensino como expressão da educação enquanto processo social decorre a inclusão da habilitação "magistério" composta pelas disciplinas regulamentares, além de outras como Alfabetização, Métodos e Técnicas, Avaliação do rendimento escolar, etc, na formação geral básica. Aqui destacam-se os estudos filosóficos e científicos que compõem a fundamentação do trabalho educacional e os relativos à estrutura e ao funcionamento do ensino, sua inserção espaço-temporal em diferentes realidades, sobretudo, na brasileira.*
- *Na formação geral básica incluem-se além das Introduções disciplinas que contemplam o trabalho educacional em sua diversidade.*
- *A inter-relação teoria e prática, suscetível de ocorrer em todas as áreas mediante pesquisas, se completa com a realização de estágios. Aliás, além de Pesquisa Educacional: Métodos e Técnicas e Estatística aplicada à Educação inclui-se, na formação geral básica, a realização de um trabalho teórico-prático. Este trabalho realizado no decorrer do curso com a orientação de um professor, (portador no mínimo de título de mestre) é avaliado por uma banca de três professores. Inclui-se, nessa formação, a participação em seminários gerais, realizados todos os anos. Estes são dedicados à pesquisa. Compreendem análises e reflexões sobre a pesquisa educacional, apresentação de trabalhos de alunos de professores do curso e de outros pesquisadores.*
- *O Curso inclui as habilitações: Supervisão Escolar, Educação Pré-Escolar, Administração Escolar para o exercício em*

Escolas de 1º e 2º graus, Orientação Educacional.

- *Como uma proposta curricular, expressa as concepções que a inspiram mas deve atender também os regulamentos que regem os registros de diplomas pelo MEC., vale lembrar a importância da discussão sobre esses regulamentos (que aliás se modificam com certa frequência), sobre o grau de especificidade que eles devem assumir e o papel que devem desempenhar na sociedade.*

Mas, tanto as concepções como os regulamentos constituirão apenas letras se não forem colocados em prática. Isto, pressupõe discussões, análises e, sobretudo prática, para que o curso chegue até a população. Afinal é esta que o mantém.

- *As disciplinas de cada componente curricular, com a respectiva carga horária (em horas-aula) e o número de créditos é a seguinte:*

FORMAÇÃO GERAL BÁSICA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Filosofia da Educação	180	12
História da Educação	180	12
Didática	180	12
Sociologia Gera	060	04
Sociologia da Educação	120	08
Psicologia da Educação	180	12
Biologia da Educação	060	04
Pesquisa Educacional: Métodos e Técnicas	060	04
Estatística Aplicada à Educação	060	04
Estrutura e Func. do Ensino do 1º Grau	060	04
Estrutura e Func. do Ensino do 2º Grau	060	04
Avaliação do Rendimento Escolar	060	04
Metodologia do Ensino de 1º Grau	060	04
Metodologia do Ensino de 2º Grau	060	04
Alfabetização-Métodos e Técnicas	060	04
Prática de Ensino em Escola de 1º Grau (Estágios Supervisionados)	075	05
Prática de Ensino em Escolas de 2º Grau (Estágios Supervisionados)	075	05
Intr. ao Estudo da Comunicação e Expressão	060	04

Introdução ao Estudo de Ciências	060	04
Introdução ao Estudo de Matemática	060	04
Intr. ao Estudo de Geografia do Brasil	060	04
Intr. ao Estudo de História do Brasil	060	04
Distúrbios da Aprendizagem	060	04
Seminários Gerais	030	02
Dissertação sobre trabalho teórico-prático	120	08
Educação Física	060	04
Estudos e Problemas Brasileiros	060	04
Optativa I	060	04
Optativa II	060	04

SUPERVISÃO ESCOLAR	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
---------------------------	----------------------	-----------------

Princípios e Métodos de Supervisão Escolar	120	08
Currículos e Programas	060	04
Planejamento Pedagógico	060	04
Legislação do Ensino	060	04
Estudos Avançados em Metodologia do Ensino	060	04
Estágios Supervisionados	150	10

EDUCAÇÃO PRÉ- ESCOLAR	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
----------------------------------	----------------------	-----------------

Higiene e Saúde do Pré-Escolar	060	04
Métodos e Técnicas da Educação Pré Escolar	060	04
Tradições Culturais e Recreação	060	04
Atividade Lúdicas e Esquema Corporal	060	04
Expressão Artística e da Linguagem	060	04

Estágios Supervisionados	150	10
--------------------------	-----	----

ADMINISTRAÇÃO	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
----------------------	----------------------	-----------------

ESCOLAR PARA O EXERCÍCIO
EM ESCOLAS DE 1º E 2º GRAUS

Planejamento Escolar	060	04
Princípios e Métodos de Adm.		
Escola	120	08
Legislação do Ensino	060	04
Introdução ao Direito Administrativo	060	04
Estágios Supervisionados	150	10

MAGISTÉRIO DAS	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
-----------------------	----------------------	-----------------

MATÉRIAS PEDAGÓGICAS
DO 2º GRAU

Metodologia do Ensino de 1º Grau	060	04
Metodologia do Ensino de 2º Grau	060	04
Alfabetização - Métodos e Técnicas	060	04
Prática de Ensino em Escola de 1º Grau (Estágios Supervisionados)	075	05
Prática de Ensino em Escola de 2º Grau (Estágios Supervisionados)	075	05
Intr. ao Estudo de Comunicação e Expressão	060	04
Introdução ao Estudo de Matemática	060	04
Introdução ao Estudo de Geografia do Brasil	060	04
Introdução ao Estudo de História do Brasil	060	04
Introdução ao Estudo de Ciências	060	04
Distúrbios na Aprendizagem	060	04

ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Princípios e Métodos de Orientação Educacional	120	04
Medidas Educacionais	060	04
Orientação Vocacional	060	04
Fund. Psicológicos da Orientação Educacional	060	04
Estágios Supervisionados	150	10

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Parecer 252/69. Valmir Chagas. 5mar. 1969. *Documenta n° 100*, p. 101-39, 1969.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Trad. G.T. LOURO. *Teoria & Educação*, 2, 177-229, 1990. Original Francês.

VINH BANG, Rénovation de l'enseignement scientifique et révolution de prit scientifique. In: GIORDAN, A., HENRIQUES, A., VINH-BANG (Coord.) *Psychologie génétique et didactique des sciences*. Paris: Peter Lang, 1989. p. 11-4.